

UBERLÂNDIA

MPMG recomenda suspensão do comércio de cigarros eletrônicos

PROMOTORIA SOLICITA QUE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ENTREGUEM PRODUTOS EM ATÉ 30 DIAS

■ DA REDAÇÃO

O Ministério Público Estadual (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão, emitiu nesta quarta (20) uma recomendação solicitando a interrupção da venda, importação e publicidade de cigarros eletrônicos em Uberlândia e outras cidades da região (confira a lista no fim da matéria). O MP pede ainda que os estabelecimentos comerciais e casas de tabaco entreguem, em até 30 dias, todos os produtos e as propagandas relacionadas ao comércio dos materiais às Secretarias de Saúde ou ao Procon.

A recomendação, assinada pelo promotor de Justiça Fernando Martins, cita como base a decisão colegiada da Anvisa, que aprovou no começo de julho o Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF), mantendo a proibição sob os cigarros eletrônicos e a adoção de medidas para coibir o comércio irregular dos produtos.

O documento emitido pelo

Ministério Público Estadual cita, entre os produtos que devem ter o comércio interrompido: vapers, pods e cigarettes, ciggy, ecigar, entre outros. “Especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo”, informa o promotor Fernando Martins. A medida é válida para todas as cidades que fazem parte da Regional do Procon Estadual de Uberlândia.

O Diário entrou em contato com o Procon de Uberlândia solicitando um posicionamento sobre a recomendação do MPMG. Por meio de nota, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) informou que está apta a dar condições ao cumprimento da recomendação expedida pelo Ministério Público. Esclareceu ainda que a comercialização dos cigarros eletrônicos foi discutida em reunião, ocorrida na terça (19) entre o Procon e o Ministério Público.



AGÊNCIA BRASIL

A recomendação cita como base a decisão colegiada da Anvisa que proíbe a utilização dos equipamentos

■ CONFIRA A LISTA DE CIDADES IMPACTADAS COM A DECISÃO

Araguari
Água Comprida
Araporã
Campina Verde
Campo Florido
Cachoeira Dourada
Canápolis
Capinópolis
Carneirinho
Centralina
Comendador Gomes
Conceição das Alagoas
Conquista
Delta
Fronteira

Frutal
Gurinhatã
Indianópolis
Ipiacaba
Itapagipe
Ituiutaba
Iturama
Limeira D'Oeste
Monte Alegre de Minas
Planura
Pirajuba
Prata
Santa Vitória
São Francisco Sales
Tupaciguara
Uberaba
Uberlândia
União de Minas
Veríssimo

INVESTIGAÇÃO

Donos de açougues e fiscais da vigilância são alvos de operação em Uberaba

■ DA REDAÇÃO

Cinco mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã desta quinta (21) em Uberaba, durante a terceira fase da “Operação Brahman”. A força-tarefa, deflagrada pela Polícia Civil, teve como alvo empresários do ramo de açougues e servidores públicos.

As investigações começaram no mês de maio, quando a primeira fase da operação

apurou furtos de gado na cidade. Na segunda etapa da ação policial, foi apurado que empresários de açougues de Uberaba praticavam a venda de carne bovina imprópria para consumo, além de crimes de receptação.

De acordo com o delegado Cezar Felipe Combari, após várias prisões e buscas e apreensões executadas nas fases iniciais da Operação

Brahman, a Polícia Civil chegou a elementos de provas de que fiscais sanitários teriam repassado informações das ações policiais a comerciantes de carnes de Uberaba, de forma a frustrar as fiscalizações desenvolvidas pela corporação em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), Procon, Vigilância Sanitária e o Serviço de Posturas e de Inspeção Municipal de Uberaba.

Três fiscais da vigilância sanitária de Uberaba foram afastados de suas funções, após ordem de buscas e afastamentos da Vara Criminal. Agora, a investigação tramita em conjunto com a Unidade de Combate à Corrupção do Departamento da Polícia Civil, uma vez que há suspeitas do recebimento e pagamento indevido de valores a servidores públicos municipais.